



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA OCTAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO  
SEGUNDO PERÍODO DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA  
DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No décimo terceiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém, sob a presidência do vereador Mauro Freitas. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças. Iniciado o Horário do Expediente, assumiu a presidência da Mesa o vereador Fernando Carneiro e o vereador Mauro Freitas subiu à tribuna. Este comentou sobre notícia que leu no site Diário Online – DOL de que a Justiça Federal condenou a Prefeitura de Belém a restaurar o Palácio Antônio Lemos. Confessou ter ficado preocupado porque sabia que a Câmara Municipal de Belém havia aprovado recursos para que a PMB fizesse a restauração de prédios públicos municipais, dentre eles constando o Palácio Antônio Lemos. Procurou informar-se então e ficou sabendo que esta condenação impetrada à Prefeitura de Belém refere-se à gestão do ex-prefeito Duciomar Costa. Ficou tranquilo porque a CMB havia cumprido com sua função e fora aprovado um empréstimo de 12 milhões de reais, junto ao Banco do Brasil, para que as obras de recuperação dos prédios históricos sejam realizadas. Manifestou que deve ser feito um esforço maior em conjunto com a PMB e com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Recordou que a superintendente anterior deste instituto no Pará, senhora Maria Dorotéa de Lima, prejudicou muito a cidade de Belém. O projeto de reforma do Ver-o-Peso não foi aprovado pelo IPHAN e os recursos voltaram, prejudicando a população de nossa cidade. Relatou ter recebido convidados de sua família que moram fora de Belém no Círio de Nazaré deste ano e estes ficaram impressionados com as belezas de nossa capital. Perguntaram, entretanto, por que motivo o Ver-o-Peso, sendo um dos nossos mais conhecidos cartões postais, estava deteriorado. Expressou ter ficado muito triste por não poder responder e explicar que são as disputas políticas as responsáveis por tais prejuízos. Lamentou porque havia recursos há quase três anos para realizar a recuperação – o novo Ver-o-Peso deveria estar pronto já há dois anos. Saudou o novo superintendente do IPHAN no Pará, o senhor Cyro Holando de Almeida Lins, desejando que ele cumpra um papel melhor que o cumprido por sua antecessora. Opinou que esta deixou a desejar perante o povo de Belém, pois deveria ter sido mais maleável, uma vez que o dinheiro disponível para as obras públicas é escasso. Exemplificou que estão correndo contra o tempo, pois já tiveram três reuniões com o governador Simão Jatene visando o acesso aos recursos liberados pelo governo estadual para reforma e ampliação do prédio sede da CMB. Explicou que este prédio ainda pertence ao estado, tendo sido construído por Simão Jatene e entregue à Câmara Municipal de Belém na gestão do presidente Joaquim Passarinho. Estão assim lutando contra o tempo para que estes recursos sejam disponibilizados. Manifestou esperança de que isso ocorra porque, como o prédio ainda pertence ao estado, não haverá necessidade de transferência destes recursos para a Câmara Municipal de Belém, diminuindo assim o trâmite burocrático necessário para esta liberação. Reiterou que, no caso da reforma do Ver-o-Peso, havia verbas para realizá-las, mas por caso das dificuldades criadas por uma ou duas pessoas, Belém as perdeu. Findo seu pronunciamento, Mauro Freitas reassumiu a presidência da sessão. Fernando Carneiro assumiu então a palavra e considerou triste ser necessária uma decisão da Justiça para que a Prefeitura de Belém reforme um prédio histórico, tombado pelo IPHAN. Sendo o Palácio Antônio Lemos a sede da PMB, esta reforma deveria ser feita de ofício. Julgou não interessar se tal reforma era obrigação do ex-prefeito Duciomar Costa, avaliando que Duciomar foi um “desprefeito” em Belém. Observou que Zenaldo Coutinho passou todo o seu primeiro mandato, está chegando à metade do segundo e a reforma não foi feita. Acrescentou não se tratar apenas do

Palácio Antônio Lemos, lembrando que o Solar da Beira fora, há algum tempo, ocupado por artistas que protestavam por sua deterioração e queriam dar a ele outro uso que não o de mictório público. Informou que o prédio está em situação complicada, com partes em ruínas. A PMB entrou com um pedido de reintegração de posse e mobilizou a Guarda Municipal para retirá-los de lá. Julgou que uma gestão municipal mais hábil convidaria os manifestantes a dar um uso artístico e cultural ao local ocupando-o uma ou duas vezes por semana para mostrar aos turistas e demais visitantes o que é o Ver-o-Peso. Aventou que poderia ser montando um museu do Ver-o-Peso no local, com a encenação de peças teatrais ou outra forma de produção cultural. Lastimou que isso não tivesse ocorrido, os artistas tiveram que sair e hoje o Solar da Beira não é usado para nada. Aditou que o Mercado de São Brás de está completamente abandonado, tendo sido roubada a última das três estátuas de bronze que adornavam o local, os painéis estão pichados e as placas de mármore foram retiradas. Fez notar que o IPHAN não tem culpa disso. Disse que hoje o Ver-o-Peso é uma vergonha, uma honra e uma vergonha ao mesmo tempo. Afirmou que é muito cômodo para a Prefeitura de Belém responsabilizar apenas o IPHAN por não ter feito a obra de recuperação. Fez notar que o Ver-o-Peso é tombado em nível municipal, estadual e federal e não pode ser realizada uma reforma decidida em gabinete sem a participação dos vários órgãos envolvidos. Reportou que participou - durante sua campanha ao governo do estado nesta eleição - da programação do Projeto Circular, que discute o centro histórico da cidade com atividades comerciais, artísticas e culturais. Informou que isto ocorreu antes do primeiro turno das eleições e todos os candidatos ao governo estadual foram convidados a participar, mas nenhum outro compareceu. A Prefeitura de Belém foi convidada, mas também não participou. Inteirou que isto gerou uma reclamação muito forte porque não se pode fazer reformas ou projetos sem discutir com a comunidade e os órgãos responsáveis. Referiu-se depois à queda do teto do Complexo do Jurunas, que colocou as pessoas em risco, e observou que o IPHAN não tem responsabilidade nisso. Concluiu então que, por parte da PMB, há, na verdade, a falta de uma política de preservação do nosso patrimônio histórico. Lembrou depois o caso do Palacete Pinho, onde foram gastos milhões de reais em obras e que permanece fechado. Julgou uma imoralidade deixar um patrimônio assim fechado, já tendo sido furtada a central de ar condicionado ali instalada. Questionou então a serventia do Palacete Pinho para a população de Belém. Reportou-se depois ao Palacete Bolonha, que é belíssimo, mas que também de nada serve, estando também fechado. Expressou que seria difícil enumerar a quantidade de monumentos, de praças e de prédios históricos abandonados em nossa cidade, considerando isso uma vergonha. Contrastou que, quando se fala em uma obra como a reforma do Ver-o-Peso, objetiva-se fazer proselitismo político, pirotecnia. Recordou que, no dia do aniversário de Belém, tal reforma foi anunciada, sem que fosse discutida anteriormente com ninguém. Assim, ponderou, quem perde é o povo de Belém. Ajuizou ser necessária preservação do patrimônio histórico, mas ressaltou que isto deve ser feito com cautela, respeitando o patrimônio histórico e os órgãos responsáveis. Infelizmente, lastimou, a PMB tem deixado muito a desejar neste quesito. Disse que a Aldeia Cabana, que não é patrimônio histórico tombado, poderia ser restaurada para servir não apenas aos desfiles de carnaval, mas para outros usos culturais e projetos sociais. Relembrou que, quando foi construída, a Aldeia era utilizada durante o ano todo em atividades com crianças, com idosos, com moradores do entorno no bairro da Pedreira e havia o projeto Sementes do Amanhã que dava educação musical às crianças das famílias de catadores do Aurá. Hoje, constatou, temos a política do abandono por parte da Prefeitura de Belém. Reconheceu que há uma crise financeira, com escassez de recursos, mas há também uma falta de interesse por parte da PMB na preservação do nosso patrimônio histórico. Referiu que um povo que não tem história, não tem memória, não tem futuro. Repetiu: quem não preserva sua história, sua memória, não tem futuro. Reiterou que o exemplo do Palacete Pinho é um absurdo, um prédio belíssimo ao qual não se tem acesso. Há, além disso, outras edificações em mau estado de conservação que são de propriedade privada ou pertencem ao governo do estado. Para testemunhar isso, continuou, basta seguir pela Avenida Nazaré, da Praça da República até São Brás, e visualizar-se-á no caminho uma série de prédios nessas condições, inclusive o Teatro São Cristóvão, que está para ruir. Vaticinou que, quando este cair ou incendiar, todos irão lamentar, mas já vem alertando para isso há muito tempo. Concluiu que já era hora do governo estadual ou da Prefeitura de Belém desapropriar este espaço e recuperá-lo, pois se trata de um prédio histórico de nossa cidade. Ironizou afirmando que deixarão ruir para depois lamentarem dizendo que choveu demais, ventou demais, caiu um raio. Afirmou não serem estas as causas, a verdadeira causa é o desleixo, tal como ocorreu com o Museu Nacional no Rio

de Janeiro. Manifestou novamente sua tristeza por ser necessário recorrer à Justiça para que a PMB cumpra com uma obrigação de ofício - que deveria fazer por livre e espontânea vontade - que é a preservação do patrimônio de uma cidade histórica e belíssima como Belém. Assumiu a palavra posteriormente o vereador Joaquim Campos e expressou concordar com o pronunciamento anterior do vereador Fernando Carneiro. Disse que viaja por outras regiões do país e vê o cuidado que se tem com o patrimônio histórico. Lamentou o ocorrido com o Museu Nacional, que costumava visitar durante a infância e onde aprendeu muito sobre a nossa história. Comparou que lá se perdeu tudo rapidamente e aqui estamos perdendo nosso patrimônio histórico aos poucos. Cobrou depois da PMB informações sobre a licitação para a substituição da frota de ônibus do transporte coletivo de Belém. Lembrou que, no ano anterior, fora discutido e rejeitado um projeto que determinava a colocação de aparelhos de ar condicionado nos ônibus ora em circulação na cidade. Encerrado o Horário de Expediente, passou-se ao Horário de Liderança. Falando agora pela liderança do bloco MDB – PHS, Joaquim Campos explicou que os ônibus que circulam atualmente em Belém não poderiam receber os aparelhos de ar condicionado de forma adequada, pois teriam que ser construídos dentro de certas especificidades para recebê-los. Entretanto, está aguardando o aviso para a licitação, que fora previsto para novembro. Informado de que o projeto, elaborado pela PMB, teria que ser aprovado por esta Casa, pediu que fosse feita emenda ao projeto incluindo os aparelhos de ar condicionado nos ônibus que servirão à cidade. Em aparte, manifestou-se o vereador Émerson Sampaio. Em seguida, pela liderança do PRB, manifestou-se o vereador França e parabenizou o PRB por ser o primeiro partido brasileiro a instituir uma faculdade, por meio de sua fundação, a Fundação Republicana Brasileira – FRB, obtendo para isso o credenciamento do MEC. Informou que a nova instituição de ensino – a Faculdade Republicana - iniciará suas atividades no segundo semestre de 2019 e será ministrado um curso de graduação em Ciência Política e cursos de pós-graduação em Direito Eleitoral, Política Contemporânea e Gestão Pública. Disse ter certeza de que isto será importante para porque faltam formação e conhecimento na discussão política em nosso país. Para exemplificar, relatou sua experiência pessoal: quando foi eleito vereador, não tinha noção sobre o funcionamento da política e foi logo fazer um curso de gestão pública. Opinou que a população de Belém busca pessoas verdadeiras, transparentes e que tenham noção do que pode ser feito em prol do povo. Avaliou que muitas vezes os políticos acham que basta subir à tribuna e gritar, bater palmas, bater pernas, esperar e isso fará a população crescer e melhorar. Asseverou ser necessária a atuação de pessoas nobres para ajudar o povo a sair do caos, da miséria. Externou seu orgulho em fazer parte do PRB, partido que, julgou, tem crescido devido à sua transparência e ao seu verdadeiro interesse em fazer o máximo para que o Brasil possa mudar para melhor. Pela liderança do PSOL, manifestou-se o vereador Dr. Chiquinho e lamentou constatar, após um período de afastamento de suas atividades parlamentares por problemas de saúde, que a CMB permanecesse sem discutir questões que julga importantes para a cidade. Estipulou que a Câmara Municipal de Belém consome alguns milhões de reais por mês de dinheiro dos contribuintes e é óbvio que a população tem expectativa de que os vereadores trabalhem na defesa dos interesses da sociedade. Expressou que o povo espera muito de todos os parlamentares deste Poder e não é possível continuar votando apenas projetos de Honra ao Mérito para personalidades de Belém e esquecer os problemas da cidade: os alagamentos, a falta de saneamento básico, o caos na saúde pública, o BRT interminável com suspeitas fortíssimas de desvio de recursos da obra. Ponderou que há uma série de pautas e discussões importantes que os parlamentares municipais precisam fazer até para que possam voltar às suas bases e dizer o que está acontecendo e por que o prefeito da cidade desaparece, não visitando a periferia para constatar o caos instalado. Considerou serem seis anos de um governo que não disse ao que veio, sendo que a principal obra de mobilidade urbana está se arrastando. Disse esperar que agora, passada a eleição para o governo do estado, os vereadores consigam pautar questões produtivas para a cidade. Deu o exemplo de um erro grave cometido pela CMB: a não aprovação do projeto que permitia emendas aos vereadores (orçamento impositivo). Lembrou que isto já ocorre na Assembleia Legislativa Estadual e no Congresso Nacional e dá mais autonomia aos membros do Legislativo perante o Executivo. Julgou que outro erro cometido por esta Casa foi a não aprovação do projeto, de sua autoria, que estabelecia a obrigatoriedade de equipar os coletivos de Belém com aparelhos de ar condicionado. Informou que pretende retomar esta discussão e rerepresentá-lo, avaliando que, devido ao grande impacto que sua rejeição teve na opinião pública, ele será aprovado. Assumiu então a presidência da Mesa o vereador Henrique Soares e o vereador Mauro Freitas

subiu à tribuna. Este respondeu ao questionamento feito pelo vereador Joaquim Campos sobre a licitação para o transporte público por ônibus no município de Belém. Lembrou que tal licitação nunca fora realizada antes. Esclareceu que o processo para sua realização já está em fase de finalização, pois todas as recomendações e exigências feitas à Prefeitura de Belém pelo Tribunal de Contas do Município e por outros órgãos como o Ministério Público Estadual foram atendidas. Fez notar que isto permitirá a implantação dos aparelhos de ar condicionado nos ônibus. Os ônibus do sistema BRT serão todos equipados deste modo e os demais, que completarão o sistema de transporte coletivo, serão equipados com os aparelhos de ar condicionado gradualmente. Explicou que estes últimos serão equipados gradualmente para que a tarifa não dispare, prejudicando a população. Ressaltou que a implantação do ar condicionado aumentará o preço da passagem, sendo esta uma preocupação da Prefeitura de Belém. Disse depois que só conseguia pensar em duas hipóteses para a postura do vereador Dr. Chiquinho. Uma delas é que lhe falta de inteligência, mas isto, avaliou, não é verdade. A outra hipótese é que Dr. Chiquinho seja maldoso, maldoso com seus colegas vereadores por saber que não é competência desta Casa tratar de tarifa de ônibus, ou legislar sobre itens do transporte público como elevadores, cor dos veículos, percursos destes ou ar condicionado. Externou saber disso porque, quando foi eleito vereador de Belém, teve que estudar a Lei Orgânica do Município, onde as competências dos vereadores estão estabelecidas. Aventou então que ou Dr. Chiquinho não leu a LOMB, ou está sendo maldoso com cada um dos vereadores da CMB expondo-os à execração da população menos informada. Comentou que, depois de sessenta dias de licença saúde, ele sobe à tribuna para acusar a Casa de não produzir nada e dizer que vai reapresentar um projeto que não é de sua competência. Referiu tê-lo visto trabalhando em sua clínica particular durante este período de licença. Ironizou dizendo que para trabalhar em sua clínica o vereador Dr. Chiquinho estava com saúde, mas para atuar na CMB estava doente. Pediu então que Dr. Chiquinho respeite os demais vereadores desta Casa. Findo seu discurso, o vereador Mauro Freitas reassumiu a presidência da sessão. Pronunciou-se em seguida, pela liderança do bloco PSD- PTC, o vereador Lulu das Comunidades e manifestou concordar com o que fora dito pelo vereador Mauro Freitas anteriormente. Informou que muitas pessoas da comunidade onde mora passaram a tachá-lo como bandido após a polêmica envolvendo o projeto do vereador Dr. Chiquinho. Calculou que, até hoje, cerca de vinte por cento das pessoas acham que abandonou a comunidade e que é contra a implantação de aparelhos de ar condicionado nos coletivos de Belém. Pediu ao vereador Dr. Chiquinho que reconheça seu erro e não o cometa de novo, pois expõe seus colegas injustamente, prejudicando-os e prejudicando a si mesmo depois. Tratou depois da problemática envolvendo a péssima atuação da Rede Celpa, que vem prejudicando os consumidores paraenses. Mandou saudações ao movimento contra a Celpa em Santarém. Relatou estar dialogando com outros vereadores sobre os componentes da conta de energia elétrica – taxa de iluminação pública, ICMS e consumo. Julgou uma vergonha os paraenses pagarem a conta de energia mais cara do país. Defendeu que a Celpa Equatorial saia do estado e seja substituída por outra empresa. Reportou já ter feito requerimento solicitando nota de repúdio à atuação da empresa e protocolado pedido de realização de uma audiência pública para discutir o problema. Informou que foram montados três grupos, envolvendo 257 pessoas, para enfrentar a situação e em fevereiro vindouro farão um grande movimento de protesto contra a empresa. Acrescentou que a população paraense irá às ruas pedindo a saída da Celpa porque ninguém aguenta mais. Exemplificou dizendo que há assalariados ganhando salário mínimo pagando contas de 500, 600 reais por mês e multas de até 15 mil reais. Em aparte, manifestaram-se os vereadores Sargento Silvano e Toré Lima, assumindo neste íterim a presidência da Mesa o vereador John Wayne. Pela liderança do bloco PDT – PSL, Henrique Soares considerou que se não fosse cômico seria lamentável e que se não fosse lamentável seria cômico o pronunciamento anterior do vereador Dr. Chiquinho. É lamentável, continuou, tentar jogar não apenas cada um dos vereadores, mas a própria CMB na lama. Tentar atirar na lama uma instituição que tanto serve à sociedade, que tantas leis benéficas ao Município já aprovou, e desabonar vereadores que tanto fazem por suas comunidades como Rildo Pessoa, Lulu das Comunidades, Marciel Manão, Moa Moraes, Biéco, entre outros. Ressaltou que não são vereadores apenas de gabinete, trabalham em suas áreas. Manifestou sua revolta ao ver - depois de quase vinte anos de mandato - um vereador qualquer, um cometa de Halley, vir aqui tentar jogar esta Casa no lixo. Opinou ser necessário respeitar este Poder, por onde já passaram grandes nomes da política paraense e que, nas últimas eleições, elegeu seis deputados, inclusive um deputado federal. Fez lembrar que estão hoje aqui, amanhã não estarão,

mas terão orgulho ao passar na porta e lembrar que contribuíram para a sociedade de nossa cidade. Ressaltou que, devido ao processo eleitoral, é mais difícil obter quórum nas sessões legislativas, mas isto é normal. Quanto à celeuma envolvendo a Rede Celpa, disse ser inaceitável que um assalariado ganhando salário mínimo arque com uma conta de energia elétrica de 500 ou 600 reais. Julgou isso errado, afirmando que algo está claramente errado com as contas de energia e o Ministério Público deve intervir, esta Casa deve intervir e se for necessária a interdição na Rede Celpa, ela deve ocorrer. Em aparte, manifestaram-se os vereadores Toré Lima e Lulu das Comunidades. Findo o Horário de Liderança, foi feita a verificação de presença. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foram então postas em votação e aprovadas por unanimidade as atas referentes às sessões ordinárias 78ª, 83ª, 84ª e 85ª do 2º período da 2ª sessão legislativa desta legislatura. Foi feito depois um minuto de silêncio, atendendo ao pedido do vereador Víctor Dias, em homenagem póstuma ao senhor João Paulo do Valle Mendes - médico, que foi professor e vice-reitor da UFPA, fundador e atual reitor do Centro Universitário do Estado do Pará - CESUPA – falecido na tarde do dia anterior. Finda esta homenagem, fez-se a leitura da matéria constante em pauta nesta parte: o projeto de lei relativo ao Processo nº 1238/18, de autoria da PMB. O vereador Moa Moraes pediu então Questão de Ordem solicitando a dispensa de leitura e interstício do projeto, sendo esta aprovada por unanimidade pela plenária. Retomou-se então a votação do requerimento do vereador Sargento Silvano solicitando que esta Casa emita voto de repúdio aos organizadores do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM pela tentativa de impor a este um viés ideológico explícita em questão relativa ao dialeto LGBTI na prova ocorrida em 04/11/2018. O vereador Sargento Silvano solicitou votação nominal, o que foi acatado pela Mesa. Posto em votação, o requerimento foi aprovado com doze votos favoráveis, quatro votos contrários e duas abstenções. Justificaram seus votos os vereadores Toré Lima, Sargento Silvano, Rildo Pessoa, Dr. Chiquinho, Fernando Carneiro e Víctor Dias. Fez-se depois a leitura e votação do requerimento do vereador Toré Lima solicitando dois dias de licença parlamentar no período de 19 a 20 de novembro corrente, sendo este aprovado por unanimidade. Foi feita em seguida a leitura e votação do requerimento do vereador Víctor Dias solicitando dois dias de licença parlamentar no período de 27 a 28 de novembro corrente, sendo este aprovado por unanimidade. Fez-se depois a leitura do requerimento do vereador Víctor Dias solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada no jornal O Liberal, edição do dia 13/11/2018, página Atualidades, intitulada “Educação perde o talento de João Paulo”. Fizeram o encaminhamento os vereadores Víctor Dias e Dr. Elenilson. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Foi feita em seguida a leitura e votação do requerimento do vereador Paulo Bengtson solicitando três dias de licença parlamentar no período de 19 a 21 de novembro corrente, sendo este aprovado por unanimidade. Foi feita depois a leitura e votação do requerimento do vereador Fernando Carneiro solicitando licença parlamentar no dia 19/11/2018, sendo este aprovado por unanimidade. Fez-se posteriormente a leitura do requerimento do requerimento do vereador Toré Lima solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada no jornal Diário do Pará, edição do dia 21/10/2018, intitulada “Professora que levou alunos ao cinema recebe Prêmio Norte”. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Passou-se depois à leitura do requerimento do vereador Marciel Manão solicitando a realização de sessão especial para comemorar os 108 anos da Assembléia de Deus em Belém no dia 13/06/2019. Na votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Justificou seu voto o vereador Moa Moraes. Fez-se em seguida a leitura do requerimento do vereador Lulu das Comunidades solicitando que esta Casa emita voto de repúdio em relação à atuação da Rede Celpa, concessionária do serviço público de fornecimento de energia elétrica no município de Belém, por estar em falha com a sociedade belenense tendo péssima atuação na prestação de uma atividade essencial para os cidadãos e objeto de milhares de reclamações diárias dos consumidores. Fez o encaminhamento o vereador Lulu das Comunidades, ficando o requerimento em votação. Encerrada a Primeira Parte da Ordem do Dia, foi feita a verificação de presença. Não havendo quórum, o presidente John Wayne encerrou a sessão às dez horas e cinquenta minutos. Estava licenciado o vereador Zeca Pirão. Justificaram suas ausências os vereadores: Delegado Nilton Neves e Fabrício Gama. Estiveram presentes os vereadores: Mauro Freitas e Rildo Pessoa, pelo bloco Democracia Cristã – Avante; Biéco e Marciel Manão, pelo bloco PMN – PR – PEN – Solidariedade; Gustavo Sefer, Lulu das Comunidades e Sargento Silvano, pelo bloco PSD – PTC; Blenda Quaresma, Joaquim Campos e John Wayne, pelo bloco PMDB – PHS; Víctor Dias, Paulo Bengtson, Nehemias Valentim e Moa Moraes, pelo bloco

PSB – PSDB – PTB; Dinelly, pelo bloco PSC – PPS; Henrique Soares, pelo bloco PDT – PSL; Altair Brandão e Amaury da APPD, pelo bloco PT – PC do B; Fernando Carneiro, Dr. Chiquinho e Marinor Brito, pelo PSOL; França e Toré Lima, pelo PRB; e Emerson Sampaio, pelo PP. Eu segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 13 de novembro de 2018.

Presidente

1º Secretário

2ª Secretário